

Uma Nova Geração de Políticas de Juventudes

Conclusões do 7º ENAJ



Uma Nova Geração de Políticas de Juventudes
Conclusões do 7º ENAJ (4 e 5 de Dezembro '04, Aveiro)

Edição:
FNAJ
Federação Nacional das Associações Juvenis Locais
Rua do Almada, Nº 679, 1º - Salas 101 / 2 / 3
(à Praça da República) 4050 - 039 Porto - Portugal
Tel.: 222 007 767 - Fax: 222 007 868 - Tlm: 917 843 404

Tiragem:
4000 exemplares

Design:
www.coresaocubo.pt

Janeiro de 2005





Luís Alves
Presidente da Direcção
da FNAJ

No passado mês de Dezembro, os mais de 700 jovens dirigentes reunidos no 7º Encontro Nacional de Associações Juvenis aprovaram por unanimidade o documento apresentado pela FNAJ: “Uma Nova Geração de Políticas de Juventudes”. Este documento foi o resultado de um amplo consenso no Encontro em que a FNAJ se afirmou definitivamente como um parceiro sério, credível e incontornável na definição e implementação de verdadeiras Políticas de Juventudes em Portugal, e onde o movimento associativo assumiu uma postura construtiva e pró-activa, formulando propostas fundamentadas para a transformação da situação social dos jovens portugueses.

“Uma Nova Geração de Políticas de Juventudes” apresenta uma ampla base teórica e argumental que estabelece os princípios e os eixos básicos pelos quais se devem pautar essas políticas. Paralelamente, enuncia medidas concretas para o melhoramento de aspectos fiscais, laborais, legais, administrativos ou de financiamento e perspectiva projectos estruturais e estruturantes, capazes de consolidar e ampliar o tecido associativo juvenil, promovendo uma maior rentabilidade social deste movimento e a sua centralidade na agenda pública.

O associativismo juvenil, com as suas virtualidades e enormes potencialidades, não tem sido devidamente aproveitado por aqueles que sucessivamente foram tendo as responsabilidades nacionais. Muito há a fazer para recuperar o tempo perdido...! A nossa expectativa é que, de uma vez por todas, se retirem das vantagens da proximidade, da nossa capacidade de intervenção, de mobilização e de ágil adaptação às realidades e problemas dos jovens, as sinergias que nos relancem num novo patamar de actuação. Este documento programático, que em espírito de unidade alcançamos, representa um forte testemunho dessa esperança que orientará o sentido profundo da nossa acção por “Uma Nova Geração de Políticas de Juventudes”!



A Condição Juvenil

A condição juvenil do início do séc. XXI é bastante mais complexa do que há alguns anos atrás e as profundas transformações que se estão a produzir nas nossas sociedades - evolução da estrutura familiar, mudanças nos modelos de produção, globalização, revisão do Estado-Providência - são de uma profunda transcendência para os jovens. A Juventude Portuguesa vive hoje um quotidiano complexo marcado por problemas e dificuldades diversas, que limitam a concretização das suas aspirações e a sua inserção na sociedade.

Dentro deles merecem especial destaque a crise do sistema de ensino e dos valores de estabilidade que a ele deviam estar associados; o caos na formação profissional, com uma oferta ligada fundamentalmente à obtenção de fundos comunitários e frequentemente desligada das necessidades da economia real; os elevados níveis de desemprego e de emprego precário e a desregulamentação dos mercados laborais que afectam de forma especial e profunda o sector juvenil; as limitações no acesso à actividade cultural e desportiva; as dificuldades na obtenção de habitação própria e,

consequentemente, na assumpção de uma vida autónoma e independente; entre outros. Como consequência de alguns destes problemas temos que as biografias lineares quase deterministas foram substituídas por itinerários incertos, instáveis, abertos, com ritmos diferentes e com idades de emancipação do núcleo familiar cada vez mais tardias.

Cidadãos de pleno direito

Torna-se assim simplista, irreal e incompleta a consideração da juventude apenas como uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta.

Os jovens portugueses são o futuro do país mas, mais ainda, são também uma parte muito importante do presente.

Apesar dos condicionamentos apontados os jovens querem participar na construção da sociedade, desenvolver a sua criatividade, exercer os seus direitos, cumprir com as suas responsabilidades, ter opinião, construir soluções. Permanecem vivos junto de

centenas de milhar de jovens valores positivos de empenho na vida social, de solidariedade e interesse pelos outros, de vontade de criar e de intervir de forma útil na vida da comunidade.

Políticas de Juventude

As políticas de juventude devem assim passar do conceito de transição para um conceito de emancipação tanto no aspecto retórico como operativo, considerando a juventude como uma etapa plena de vida em que cada um se afirma no seu contexto social.

As políticas de juventude devem assumir-se como um eixo central das estratégias políticas globais. É tempo de POLÍTICAS DE JUVENTUDE com maiúsculas, essenciais para o bem estar presente e futuro da sociedade.

Não pode haver estratégia política e desenvolvimento sustentável (chavões que pontuam o discurso político) sem que a emancipação dos jovens jogue uma função central.



consequentemente, na assumpção de uma vida autónoma e independente; entre outros. Como consequência de alguns destes problemas temos que as biografias lineares quase deterministas foram substituídas por itinerários incertos, instáveis, abertos, com ritmos diferentes e com idades de emancipação do núcleo familiar cada vez mais tardias.

Cidadãos de pleno direito

Torna-se assim simplista, irreal e incompleta a consideração da juventude apenas como uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta.

Os jovens portugueses são o futuro do país mas, mais ainda, são também uma parte muito

importante do presente.

Apesar dos condicionamentos apontados os jovens querem participar na construção da sociedade, desenvolver a sua criatividade, exercer os seus direitos, cumprir com as suas responsabilidades, ter opinião, construir soluções. Permanecem vivos junto de centenas de milhar de jovens valores positivos de empenho na vida social, de solidariedade e interesse pelos outros, de vontade de criar e de intervir de forma útil na vida da comunidade.

Políticas de Juventude

As políticas de juventude devem assim passar do conceito de transição para um conceito de emancipação tanto no aspecto retórico como

operativo, considerando a juventude como uma etapa plena de vida em que cada um se afirma no seu contexto social.

As políticas de juventude devem assumir-se como um eixo central das estratégias políticas globais. É tempo de **POLÍTICAS DE JUVENTUDE** com maiúsculas, essenciais para o bem estar presente e futuro da sociedade.

Não pode haver estratégia política e desenvolvimento sustentável (chavões que pontuam o discurso político) sem que a emancipação dos jovens jogue uma função central.

A alteração radical da situação social da juventude portuguesa exige, antes de mais, uma profunda mudança da perspectiva política de desenvolvimento do país e a adopção de uma Política de Juventude global e integrada, que combata os problemas dos jovens, dê voz às suas opiniões e concretize as suas ementos

operativo, considerando a juventude como uma etapa plena de vida em que cada um se afirma no seu contexto social.

As políticas de juventude devem assumir-se como um eixo central das estratégias políticas globais. É tempo de POLÍTICAS DE JUVENTUDE com maiúsculas, essenciais para o bem estar presente e futuro da sociedade.

Não pode haver estratégia política e desenvolvimento sustentável (chavões que pontuam o discurso político) sem que a emancipação dos jovens jogue uma função central.

A alteração radical da situação social da juventude portuguesa exige, antes de mais, uma profunda mudança da perspectiva política de desenvolvimento do país e a adopção de uma Política de Juventude global e integrada, que combata os problemas dos jovens, dê voz às suas opiniões e concretize as suas aspirações. Uma política intersectorial e coerente capaz de coordenar as estruturas governamentais e acções dirigidas aos jovens oferecendo respostas que não encarem os problemas de forma fragmentada; uma política profundamente democrática, no sentido de incorporar em cada momento a participação

dos jovens na sua implementação e difusão, superando elementos vigentes de paternalismo geracional e institucional; uma política que aceite o princípio da representação e portanto aceite e promova mesmo a participação activa dos jovens valorizando o Associativismo Juvenil enquanto portador privilegiado da capacidade interventiva da nova geração; uma política que, perante uma sociedade complexa e com rápidas e profundas transformações seja dinâmica, aberta à inovação e capaz de proceder a permanentes renovações, revisões e avaliações, incompatíveis com tradicionais perspectivas tecnocráticas.

A responsabilidade do associativismo juvenil

A vontade de fazer coisas, o amor pela vida, a alegria, a amizade, a combatividade, o entusiasmo, a dedicação. É nestes valores e nestas características, presentes em maior ou menor grau na generalidade da juventude, que

radica o desenvolvimento e a força do associativismo juvenil.

São cerca de 1200 as associações juvenis locais que por todo o país promovem manifestações sociais nas áreas da cultura, do desporto, do recreio e do lazer, do ambiente, do património e da solidariedade. Não poucas vezes as associações juvenis são mesmo o único pólo local de desenvolvimento de uma acção regular de valorização da participação juvenil e um elemento preponderante da animação da comunidade.

Contudo, a sua máxima rentabilização social exige a superação de factores estruturais próprios que retraem o seu dinamismo, debilitam a sua organização e afectam a sua sustentabilidade

Dentro das nossas próprias associações existem uma série de problemas, insuficiências e dificuldades que são facilmente identificáveis. No entanto, o carácter urgente da acção associativa diária tem-nos impossibilitado, muitas vezes, encarar o estrutural. Entre as principais dificuldades endógenas com que se debatem as associações juvenis podem destacar-se as deficiências na formação e reciclagem temática e específica dos seus responsáveis e a inexistência de





radica o desenvolvimento e a força do associativismo juvenil.

São cerca de 1200 as associações juvenis locais que por todo o país promovem manifestações sociais nas áreas da cultura, do desporto, do recreio e do lazer, do ambiente, do património e da solidariedade. Não poucas vezes as associações juvenis são mesmo o único pólo local de desenvolvimento de uma acção regular de valorização da participação juvenil e um elemento preponderante da animação da comunidade.

Contudo, a sua máxima rentabilização social exige a superação de factores estruturais próprios que retraem o seu dinamismo, debilitam a sua organização e afectam a sua sustentabilidade

Dentro das nossas próprias associações existem uma série de problemas, insuficiências e dificuldades que são facilmente identificáveis. No entanto, o carácter urgente da acção associativa diária tem-nos impossibilitado, muitas vezes, encarar o estrutural.

Entre as principais dificuldades endógenas com que se debatem as associações juvenis podem destacar-se as deficiências na formação e reciclagem temática e específica dos seus responsáveis e a inexistência de animadores e monitores em condições de dinamizar as diferentes iniciativas; o reduzido intercâmbio inter-associativo que conduz ao subaproveitamento da experiência de cada associação e a um certo auto-isolamento em relação aos seus problemas; a incipiente planificação estratégica dos projectos associativos; as dificuldades de comunicação que nos garanta o devido reconhecimento dos valores e da actividade associativa, ocupando o espaço público que nos corresponde que nos permita ter a presença e a projecção social necessária.

Enfrentar estas debilidades estruturais é uma responsabilidade do Associativismo Juvenil. Um tecido Associativo forte exige que nos coloquemos assim, frontalmente, perante os nossos problemas e perspectivemos conjuntamente soluções. Devemos ser capazes de encontrar caminhos que nos permitam: superar a atomização associativa; rever os projectos estratégicos de cada Associação orientando a sua missão,

objectivos e acção; potenciar os espaços de formação formal e informal para a participação associativa; diversificar fontes de financiamento favorecendo uma maior autonomia; favorecer o intercâmbio com outros sectores sociais; apostar decididamente na coordenação interassociativa e na acção conjunta; melhorar e intensificar a presença social e projecção da nossa acção.


A responsabilidade da Administração

A Administração tem um papel relevante num processo de participação social da juventude. A participação juvenil é um elemento fundamental de coesão social sendo necessário neste sentido fazer uma aposta para fortalecer o associativismo juvenil de âmbito local como elemento estruturador da participação, fomentando a participação real dos jovens, dando espaço à criatividade e aprendizagem social e potenciando a sua centralidade na agenda pública.

O apoio ao associativismo juvenil, enquadrado no âmbito global da política de juventude, terá que passar por uma profunda transformação de processos marcados pela burocratização e centralização do IPJ. De igual modo, dar conteúdo correspondente à ambição dos objectivos proclamados pela Administração que permita uma mudança qualitativa do movimento associativo, exigem que o peso da parcela de apoio ao associativismo incluído no Orçamento de Estado para a Área da Juventude seja com isso compatível.

A correspondência entre o discurso e as práticas nas políticas de juventude exige uma Administração capaz de implementar um trabalho interinstitucional SEJ/IPJ/Movimento associativo, centrado no conceito de cidadania e articuladora de estratégias de emancipação e de luta contra as desigualdades e exclusões.

A Co-Gestão no desenho e implementação das Políticas de Juventude deve ser interpretada como um espaço real de participação. A Co-Gestão significa fortalecer a dimensão política



da participação passando de uma relação estritamente consultiva ou informativa a uma participação que implique dinâmicas colaborativas.

Trata-se assim da promoção e potenciação do Associativismo de participação, com uma acção desenhada e dirigida pelos próprios jovens e comprometida na construção de uma sociedade com menos desigualdades e injustiças. Isto é qualitativamente diferente do compromisso participativo pontual (voluntariado) sem margem para a intervenção nos mecanismos de tomada de decisão. O Associativismo co-responsabiliza os seus membros num projecto global. Um projecto que consolida valores democráticos e que ajuda a estruturar uma sociedade de futuro.

Passar à acção

Declarados os princípios, assumidas as

Juvenil (PIJ), desta vez, com a participação das associações e dos jovens;

c. A criação de PIJ itinerantes que facilitem a difusão e promoção da informação a todos os jovens, independentemente do local onde habitem ou da sua condição económica;

d. A realização de parcerias entre o movimento associativo e diferentes entidades (IPJ, IEF, FDTI, Autarquias, etc) no sentido de dotar as associações de recursos técnicos e humanos que permitam a implementação de “verdadeiros” serviços de informação juvenil.

5. Para um maior desenvolvimento qualitativo da actividade das Associações Juvenis, é absolutamente necessário dotá-las de RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS. Propomos:

a. A criação urgente do Estatuto do Animador Juvenil Voluntário, que reconheça finalmente a função dos cidadãos que tanto têm contribuído, ao longo de décadas, para a formação/educação dos jovens, reconhecendo, simultaneamente, a importância do trabalho de animação nas associações juvenis, criando condições para o seu reforço e credibilização. Acreditamos que o Estatuto do Animador Juvenil contribuirá para uma melhoria progressiva da qualidade da animação juvenil, promovendo o enquadramento deontológico das práticas de animação e reforçando a segurança e valor pedagógico das actividades dirigidas aos jovens;

b. A adopção de medidas que favoreçam a contratação de profissionais por parte do movimento associativo juvenil. Sendo este um objectivo estratégico consideramos mesmo que se deveriam fixar ajudas à contratação de profissionais segundo as seguintes fórmulas automáticas de financiamento:

1º Profissional = 75% de financiamento público (até um máximo de 500 Euros);

2º Profissional = 50%

3º, 4º e 5º Profissionais = 25%

c. Que os excedentários da função pública possam ser requisitados para prestarem serviço nas associações;

d. A assunção por parte do IPJ, ou de uma organização a criar, com a participação do IPJ e da FNAJ, da certificação da actividade das associações no domínio da formação de animadores, garantindo um conjunto de conhecimentos e competências para o desempenho com seriedade e responsabilidade da função de animador;

e. Consagrar a área de formação como prioritária na aplicação das regras do PAAJ;

f. Que o Estado purgue pela devida aplicação do Estatuto do Dirigente Associativo nos estabelecimentos de ensino público e privado.

Projectos estruturais

1. Comissão Técnica ou Gabinete de Apoio ao Associativismo Juvenil

Nos últimos tempos assistimos a um aumento exponencial do número de Associações Juvenis em Portugal. Em simultâneo as exigências da nossa sociedade “obrigaram” as Associações a realizarem iniciativas com cada vez mais qualidade, que se constituíssem como verdadeiros centros de interesse para os jovens. No entanto, o apoio do Estado Português às iniciativas jovens, através do Instituto Português da Juventude, não soube (ou não pode) acompanhar as transformações quantitativas e qualitativas que ocorreram no novo movimento associativo.

É por isso importante nesta fase procurar respostas alternativas que não ignorem o problema da gestão dos recursos, nem abdicarem do objectivo de estimular a participação juvenil. Respostas alternativas que “aliviem a pressão financeira” que existe sobre o IPJ mas que garantam às Associações Juvenis os instrumentos necessários ao desenvolvimento do seu trabalho em prol da

juventude e da comunidade.

É nesse sentido que propomos a criação de uma Comissão Técnica de Apoio, gerida pela FNAJ, capaz de garantir competências logísticas que dêem às Associações perspectivas de alcançar projectos mais ambiciosos, diversificando os canais de financiamento, nomeadamente com o recurso a Fundos Comunitários. O objectivo é constituir um grupo tecnicamente evoluído, que dê consistência e garanta viabilidade aos projectos das Associações. Trata-se de uma medida de baixo investimento, e com uma perspectiva da sua maximização e rentabilização, que consideramos fundamental, e que encara as debilidades financeiras do IPJ e as dificuldades estruturais crónicas das Associações Juvenis, inerentes ao seu carácter local.

2. CENFADA - Centro Nacional de Formação de Animadores e Dirigentes Associativos

A grande expansão do movimento associativo juvenil na última década em Portugal colocou a descoberto novas necessidades. O altruísmo, a entrega, a forte motivação pessoal não são, necessariamente, garantes de capacidade de gestão, tanto mais necessárias quando se trata de otimizar a eficiência na aplicação de recursos limitados.

Acresce o carácter competitivo do sector privado de serviços sociais, que afecta também as entidades sem fins lucrativos, fazendo com que a sua consistência como prestadoras de serviços dependa, em grande medida, do seu grau de inovação e da qualidade dos próprios serviços que presta.

É no sentido de contribuir para colmatar estas necessidades ao nível da gestão e dinamização das Associações Juvenis, proporcionando a profissionais e voluntários

um maior nível de qualificação e preparação que permita aumentar os níveis de eficácia e eficiência deste movimento associativo que surge o projecto CENFADA.

Os seus objectivos gerais são:

- Dinamizar a Formação Associativa dos Jovens;
- Desenvolver iniciativas de Formação para os Animadores e Dirigentes Associativos Juvenis;
- Promover o estudo e investigação sobre o mundo Associativo.

A experiência acumulada e as análises das necessidades formativas permitem-nos classificá-la em duas grandes linhas de actuação:

- Acções formativas de carácter generalista orientadas para o desenvolvimento dos



conhecimentos e aptidões que se exigem a dirigentes e animadores;

- O colectivo de dirigentes e animadores que possuem esta formação inicial requer formação mais especializada em áreas concretas, orientadas no sentido do conhecimento prático de instrumentos, técnicas de gestão e desenvolvimento associativo.

Estas duas necessidades formativas têm um carácter horizontal.

Assim, estas acções formativas deverão ser dirigidas a pessoal técnico e directores de todas as instituições que trabalham com jovens, independentemente do sector específico de actividade em que operam. Procura-se assim obter a possibilidade de proporcionar uma oferta formativa de grande flexibilidade que permita aos beneficiários dispor de uma formação ajustada às necessidades das diferentes entidades.

Objectivos específicos:

- Fomentar acções que proporcionem a qualificação dos profissionais e dirigentes das Associações de carácter juvenil e a valorização da sua participação.
- Proporcionar uma maior relação com as instituições, desenvolvimento de contactos personalizados, recolha e troca de informação.
- Aplicação de planeamento estratégico para enfrentar um enquadramento de menor apoio comunitário e estatal e para uma maior optimização de recursos.
- Promover a valorização e reconhecimento público da acção das organizações, concretamente as de carácter juvenil.
- Desenvolver mecanismos de marketing social e associativo.
- Contribuir para a ampliação das respostas e serviços, em conformidade com os interesses / objectivos das organizações e seus utilizadores.

3. Corporate Marketing

A desproporcionalidade entre a importância / trabalho efectivo do associativismo juvenil local e o reconhecimento social deste movimento constitui, provavelmente, uma das mais importantes barreiras estruturais e estruturantes ao desenvolvimento desta realidade.

A equação é simples: insuficiente reconhecimento público tem como consequência insuficiente reconhecimento político, que consequentemente desagua em insuficiente investimento financeiro, público ou privado, neste sector.

É, portanto, fundamental encarar como prioridade esta questão que, num cenário de escassez de recursos, terá inevitavelmente que passar por soluções conjuntas, capazes de disponibilizar competências logísticas comuns. É neste sentido que propomos a implementação de uma linha de marketing própria para o associativismo juvenil (de acordo com o conceito de “corporate marketing”), gerida pela FNAJ, que contribua para aumentar o impacto das associações nas comunidades e o reconhecimento, pela população, pelas instituições e pelas empresas privadas, da validade do trabalho do movimento associativo.

A ideia é que o Associativismo Juvenil compartilhe uma imagem única que pudesse transmitir a sua verdadeira dimensão e a soma da importância das 1200 Associações Juvenis existentes em Portugal, podendo-se ainda obter ganhos de escala neste investimento.

Sem Participação a Política de Juventude não faz qualquer sentido. Só o associativismo juvenil, livre e autónomo, pode assegurar uma efectiva Participação. É sob este lema que se deverá implementar em Portugal UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDES.





www.fnaj.com